



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO 2013

MANHÃ

Cargo:

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Área: CONTROLE EXTERNO

Especialidade: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Orientação: AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva PD₁. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva PO₁, e a prova discursiva PD₁, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade/orientação a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Aquilo que desesperadamente procuramos pode bem ser o que já possuímos.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para o Caderno de Textos Definitivos.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Informações adicionais: telefone 0((XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PO₁

Texto para os itens de 1 a 6

1 A experiência de governança pública tem mostrado
que os sistemas democráticos de governo se fortalecem à
medida que os governos eleitos assumem a liderança de
4 processos de mudanças que buscam o atendimento das
demandas de sociedades cada vez mais complexas e alcançam
resultados positivos perceptíveis pela população.

7 Contemporaneamente, para o alcance de resultados de
desenvolvimento nacional, exige-se dessa liderança não apenas
o enfrentamento de desafios de gestão, como a busca da
10 eficiência na execução dos projetos e das atividades
governamentais, no conhecido lema de “fazer mais com
menos”, mas também o desafio de “fazer melhor” (com mais
13 qualidade), como se espera, por exemplo, nos serviços públicos
de educação e saúde prestados à população. Esse novo desafio
de governo tem como consequência um novo requisito de
16 gestão, o que implica a necessidade de desenvolvimento de
novos modelos de governança para se alcançarem os objetivos
e metas de governo, em sintonia com a sociedade.

19 Outros aspectos sociotécnicos importantes que
caracterizam a nova governança pública se relacionam aos
anseios de maior participação e controle social nas ações de
22 governo, que, somados ao de liberdade, estabelecem o cerne do
milenar conceito de cidadania (participação no governo) e os
valores centrais da democracia social do século XXI.

25 Governar de modo inovador exige, invariavelmente,
repensar o modelo secular de governança pública em todas as
suas dimensões: política, econômica, social e tecnológica. Com
28 a evolução sociotécnica, fortemente alavancada pelo
desenvolvimento das tecnologias da informação e
comunicação, as mudanças na governança pública implicam
31 mudanças na base tecnológica que sustenta a burocracia, nas
estruturas do aparelho de Estado e em seus modelos de gestão.

Internet: <<http://aquarius.mcti.gov.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A forma verbal “estabelecem” (l.22) está flexionada no plural porque concorda com o termo antecedente “aspectos” (l.19).
- 2 Sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, o último período do segundo parágrafo poderia ser assim resumido: Esse novo desafio governamental requer o desenvolvimento de novos modelos de gestão e de governança, com vistas ao alcance das metas de governo, em sintonia com a sociedade.
- 3 Não haveria prejuízo do sentido original do texto caso o termo “invariavelmente” (l.25) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente depois de “repensar” (l.26).
- 4 Na linha 8, o emprego da preposição em “dessa liderança” justifica-se pela regência do verbo **exigir**.
- 5 Infere-se do texto uma crítica dirigida ao governo brasileiro contemporâneo, identificado como pouco eficiente no desenvolvimento dos projetos e das atividades governamentais, principalmente no que se refere às áreas de educação e saúde.
- 6 A inserção de vírgula logo após a palavra “mudanças” (l.4) traria prejuízo à coerência do texto.

Texto para os itens de 7 a 12

1 O crescimento populacional e econômico, aliado à
evolução dos mercados e à complexidade das relações sociais,
4 traduz-se em demandas por serviços públicos mais sofisticados,
em maior quantidade e com mais qualidade. Para estar à altura
das exigências da sociedade do século XXI, o desafio que se
coloca ao país é a construção de um Estado “inteligente”, que
7 incorpore os avanços tecnológicos, a rapidez e as facilidades da
era digital.

10 Em um país de dimensões continentais e com mais de
cinco mil municípios, como o Brasil, a boa gestão pública é
condição necessária para o desenvolvimento com
sustentabilidade e inclusão social. É por meio de uma gestão
13 eficaz que o governo reúne instrumentos para melhor atender
às demandas por políticas inclusivas e por serviços públicos em
um ambiente de crescimento e de fortes demandas sociais, com
16 maior conscientização e participação de uma sociedade plural.

Nesse cenário, fez-se necessário repensar o modelo de
administração da máquina pública. A Lei de Responsabilidade
19 Fiscal (LRF), em vigor desde maio de 2000, estabelece, entre
outras exigências, o equilíbrio das contas governamentais, que
possibilita ao Estado assumir o compromisso de investir na
22 melhoria da sua capacidade de execução e, assim, prestar
serviços adequados e implementar políticas públicas eficazes
e eficientes, garantindo, ao mesmo tempo, transparência na
25 execução de programas governamentais e acesso desimpedido
às informações solicitadas pelo cidadão.

Por dentro do Brasil. Modernização da gestão pública.
Internet: <<http://www.brasil.gov.br>> (com adaptações).

No que se refere às informações e aos aspectos linguísticos do texto, julgue os próximos itens.

- 7 De acordo com o texto, é necessário repensar o modelo de administração da máquina pública, principalmente no que se refere à entrada em vigor da LRF, para que o Estado brasileiro possa, de fato, dar cumprimento às políticas públicas de interesse social.
- 8 Conferiria maior clareza ao texto a seguinte reescrita do segundo período do primeiro parágrafo, dado o adequado estabelecimento das relações sintáticas entre os termos que integram as orações do segmento: Para estar à altura das exigências da sociedade do século XXI, o Brasil deve aceitar o desafio de construção de um Estado “inteligente”, que incorpore os avanços tecnológicos, a rapidez e as facilidades da era digital.
- 9 Na linha 1, o emprego do adjetivo “aliado” no plural não prejudicaria a correção gramatical do texto, dada a possibilidade, no contexto, de concordância com os termos anteriores mais próximos — “populacional e econômico”.
- 10 As aspas empregadas em “inteligente” (l.6) marcam o tom irônico que o termo adquire no contexto em que se insere.
- 11 O período que inicia o terceiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito, sem prejuízo das informações originais, da seguinte forma: Devido ao cenário, fez necessário repensar-se o modelo administrativo da máquina pública.
- 12 No terceiro parágrafo, a expressão “Nesse cenário” retoma, por coesão, o contexto anteriormente descrito: o do Brasil no século XXI, caracterizado por um “ambiente de crescimento e de fortes demandas sociais, com maior conscientização e participação de uma sociedade plural”.

Texto para os itens de 13 a 18

1 O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou ações
para a elaboração de diagnóstico e suporte à educação básica.
A auditoria conferiu aspectos relativos ao Plano de Ações
4 Articuladas, à assistência técnica prestada pelo Ministério da
Educação (MEC) e ao levantamento de dados necessários à
formação e ao cálculo do índice de desenvolvimento da
7 educação básica (IDEB).

A auditoria identificou baixo nível de implementação
das ações para provimento de infraestrutura e de recursos
pedagógicos, que vão desde a implantação de laboratório de
10 informática e conexão à Internet ao fornecimento de água
potável e energia elétrica.

13 A análise do IDEB apontou a necessidade de
aperfeiçoamento da metodologia de obtenção desse índice.
Segundo avalia o ministro relator do processo, “O IDEB é um
16 importante instrumento para a aferição da qualidade da
educação, por isso deve ser aprimorado de forma a permitir um
diagnóstico mais fidedigno dos sistemas de ensino”.

19 Outro instrumento de gestão educacional avaliado foi
o sistema integrado de monitoramento do MEC, que, segundo
a auditoria, também deve ser melhorado. Parte dos dados
22 encontra-se desatualizada.

TCU avalia gestão da educação básica em municípios brasileiros. Notícia
publicada em 12/9/2013. Internet: <www.tcu.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 13 No último período do texto, destaca-se o motivo pelo qual, segundo a auditoria do TCU, o sistema integrado de monitoramento do MEC deve ser melhorado.
- 14 Nesse texto, de caráter essencialmente informativo, atesta-se a importância do IDEB para a aferição da qualidade da educação, a despeito da necessidade de melhoria da metodologia empregada no cálculo desse índice.
- 15 Em “A auditoria conferiu aspectos relativos ao Plano de Ações Articuladas (...) e ao cálculo do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)” (l.3-7), o verbo **conferir** está empregado com o sentido de **outorgar**.
- 16 Na linha 4, o emprego do acento grave, indicativo de crase, em “à assistência técnica prestada”, justifica-se pela regência do termo “Articuladas” e pela presença do artigo **a**, que define o substantivo “assistência”.
- 17 Os vocábulos “assistência”, “potável” e “elétrica” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 18 Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso o primeiro período do terceiro parágrafo fosse assim reescrito: Na análise do IDEB, foi atestado a necessidade de aperfeiçoar a metodologia que obtém esse índice.

O agronegócio brasileiro contribuiu novamente para elevar o produto interno bruto (PIB). Esse setor cresceu 3,9% no segundo trimestre de 2013, em comparação com o primeiro trimestre desse mesmo ano, e 13% em relação ao mesmo período de 2012. Os produtores aumentaram a produtividade de soja em 23,7% e de milho em 12,2%; as áreas plantadas desses produtos aumentaram 10,8% e 3,9%, respectivamente. No entanto, apesar dos resultados positivos da produção, os obstáculos que os produtores enfrentam com relação à infraestrutura e à logística impedem uma expansão maior.

Economia. In: Correio Braziliense. 31/8/2013, p. 8.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue os itens a seguir.

- 19 No texto, é citado um fator impeditivo de um maior desenvolvimento econômico do Brasil: as deficiências infraestruturais que reduzem a competitividade do país em meio a um mercado mundial caracterizado por uma acirrada competição.
- 20 No segundo semestre de 2013, o governo federal concluiu a transferência, para a iniciativa privada, por meio de privatizações, da gestão de toda a malha rodoviária federal brasileira, o que promoveu melhorias no escoamento da produção agrícola nacional.
- 21 No atual estágio da economia mundial, os aumentos de produtividade, como os assinalados no texto, decorrem de múltiplos fatores, entre os quais se destacam as contínuas inovações tecnológicas disponibilizadas para o sistema produtivo.
- 22 No Brasil, a inexistência de órgão público voltado para a pesquisa agropecuária em âmbito nacional inibe um crescimento maior desse setor no conjunto da economia nacional, contudo essa ausência é suprida, parcialmente, por empresas de extensão rural mantidas por alguns governos estaduais.
- 23 No Centro-oeste, não houve evolução do agronegócio em comparação ao restante do país, devido à presença de técnicas agrícolas ultrapassadas e às dificuldades de ampliação da área cultivada. Desse modo, essa região foi suplantada pelas regiões norte e nordeste no que se refere à produtividade agrícola.
- 24 Graças aos bons resultados obtidos na produção agrícola nas últimas décadas, houve a redução drástica da fome e a emergência de um modelo mundial de desenvolvimento acentuadamente simétrico, resultados de uma economia globalizada.

Once more with feeling

Multivitamins fail to prevent heart problems

Physicians’ Health Study II found that men who took multivitamins lowered their cancer risk.

1 Tokyo’s bid to host the 2016 Olympics, observed
 many of its disappointed residents afterwards, failed because of
 a lack of passion. After years of rising economic insecurity and
 4 public debt, Tokyoites simply could not gather enough
 enthusiasm to put on the world’s costliest sporting
 extravaganza. There was no such problem this time. In beating
 7 Madrid and Istanbul on September 7th for the right to host the
 2020 Games, Tokyo impressed the International Olympic
 Committee (IOC) with a bid which is supported by 70% of the
 10 city’s population. That level of backing has risen by 14
 percentage points since the earthquake/tsunami that wrecked
 Japan’s northeast coast in March 2011.

1 Dashing the hopes of those who hope to pop a pill to
 prevent heart disease, doctors announced Monday that daily
 multivitamins don’t stave off cardiovascular problems, such as
 4 heart attacks, stroke or death. The findings come from the only
 large-scale, long-term trial of its kind, called the Physicians’
 Health Study II.

7 “Vitamin supplements will never be a substitute for a
 healthy diet,” says study co-author JoAnn Manson, chief of
 preventive medicine at Boston’s Brigham and Women’s
 10 Hospital and a professor at Harvard Medical School.

The new study, which followed 14,661 male doctors
 for more than 11 years, had slightly more positive results for
 13 cancer. That part of the study, published last month, found that
 men who took multivitamins lowered their risk of cancer by
 8%.

16 As an industry, dietary supplements have grown from
 \$4 billion a year in 1994 to nearly \$24 billion in 2008,
 according to the editorial. Because regulation of dietary
 19 supplements is less strict than for other drugs, makers of these
 pills are often able to make exaggerated claims about their
 benefits, with little to no evidence to back them up.

22 Recent studies have largely failed to find much benefit
 from dietary supplements, however, whether taken as a single
 vitamin or multivitamin. High doses of vitamin E, vitamin C,
 25 betacarotene, selenium and B vitamins all failed to prevent
 cancer, according to carefully done studies. Studies of
 high-dose vitamin E have found that it actually increased the
 28 risk of stroke and prostate cancer.

Internet: <www.usatoday.com> (adapted).

Based on the text above, judge the items below.

- Based on the text above, judge the following items.
- 25 Tokyo’s Prime Minister said that the earthquake/tsunami did not and will not harm the city of Tokyo.
 - 26 Japanese Government’s estimated costs for the Olympics are unlikely to be met.
 - 27 Since the 1960’s Olympic Games, the cost of each event has nearly doubled.
 - 28 It can be deduced from the text that the International Olympic Committee (IOC) did not choose Tokyo as the host of the 2016 Olympics because the city’s residents were not enthusiastic about the event.
 - 29 The percentage of Tokyo residents who supported the Olympics in the city increased after the earthquake/tsunami of 2011.
 - 30 The possibility of hosting the Olympic Games made the government invest more on controlling Fukushima’s nuclear crisis.

- 31 The findings of the research corroborate with the belief that pills cannot replace healthy eating habits.
- 32 The Physician’s Health Study II was unique because it involved more than 14,000 researchers.
- 33 The results of the studies of vitamin E are yet inconclusive, as it is indicated by the use of the verb form “have found” (l.27).
- 34 The text’s title and subtitle present conflicting information.

Na contratação de determinada empresa por certo órgão público, ficou acordado que o administrador pagaria R\$ 200.000,00 para a contratação do serviço, mais quatro parcelas iguais no valor de R\$ 132.000,00 cada a serem pagas, respectivamente, no final do primeiro, segundo, terceiro e quarto anos consecutivos à assinatura do contrato. Considere que a empresa tenha concluído satisfatoriamente o serviço dois anos após a contratação e que tenha sido negociada a antecipação das duas últimas parcelas para serem pagas juntamente com a segunda parcela.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 35 Se para o pagamento for utilizado desconto racional composto, a uma taxa de 10% ao ano, na antecipação das parcelas, o desconto obtido com o valor da terceira parcela será o mesmo que seria obtido se fosse utilizado desconto racional simples.
- 36 Se na antecipação for utilizado desconto comercial composto, a uma taxa de 10% ao ano, para pagamento das duas últimas parcelas, o valor do desconto obtido com a quarta parcela será igual a R\$ 25.080,00.
- 37 Se for decidida a utilização de desconto racional simples a uma taxa de 10% ao ano para pagamento das duas últimas parcelas, o valor total do desconto será superior a R\$ 35.000,00.
- 38 Se for utilizado desconto comercial simples a uma taxa de 10% ao ano para pagamento das duas últimas parcelas, o valor total a ser pago à empresa no final do segundo ano será inferior a R\$ 350.000,00.
- 39 Considere que, no contrato assinado entre a empresa e o órgão público, tenha sido acordado que o pagamento das quatro parcelas, com valores iguais a R\$ 132.000,00, possa, de comum acordo entre as partes, ser feito ao final dos quatro anos, sendo a taxa composta de juros incidente sobre as parcelas igual a 1,5% ao mês. Nessa situação, caso houvesse previsão dessa cláusula para o pagamento das parcelas, e tomando 1,2 como valor aproximado para $(1,015)^{12}$, é correto afirmar que o pagamento à empresa que seria feito quatro anos após a contratação seria superior a R\$ 576.000,00.

Suponha que Fábio tenha decidido depositar mensalmente, sempre no dia 2 de cada mês, a quantia fixa de R\$ 360,00 em uma conta que remunera o capital a uma taxa composta de 2% ao mês. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 40 Suponha que, em determinado mês, a parcela depositada correspondeu a 16% do salário de Fábio, mas que, ao receber um aumento salarial, o valor da parcela tenha passado a corresponder a 12% do novo salário. Nessa situação, é correto afirmar que o aumento salarial de Fábio foi superior a 30%.
- 41 Se cada depósito representar mais de 15% do salário mensal de Fábio, é correto concluir que Fábio recebe mensalmente um salário superior a R\$ 2.400,00.
- 42 Considere que Fábio tenha depositado R\$ 360,00 em 2 de fevereiro, em 2 de março e em 2 de abril, respectivamente. Se Fábio tivesse escolhido depositar esses valores, nas mesmas datas, em uma conta que remunera o capital a uma taxa de juros simples de 3% ao mês, então o valor que constaria na conta, em 2 de maio, relativo a esses três depósitos, seria superior a R\$ 1.140,00.
- 43 Considere que Fábio tenha feito o primeiro depósito no dia 2 de fevereiro, mas que tenha deixado de depositar os valores correspondentes aos dias 2 de março e 2 de abril. Se Fábio atualizar os depósitos no dia 2 de maio, de forma que o montante final corresponda ao valor que deveria constar na conta caso tivessem sido realizados os dois depósitos não efetuados, então o depósito a ser realizado por Fábio deverá ser superior a R\$ 1.100,00.
- 44 Considere que Fábio tenha depositado R\$ 360,00 no dia 2 de fevereiro e que tenha efetuado dois depósitos de R\$ 360,00 no dia 2 de março. Considere, ainda, que, em 2 de abril, Fábio tenha sacado dessa conta a quantia de R\$ 1.095,00. Nessa situação, tomando 96,5 como valor aproximado de $\sqrt{9.312}$, é correto afirmar que a taxa interna de retorno desse fluxo de caixa relativo ao dia 2 de fevereiro foi inferior a 10%.

RASCUNHO

No que se refere aos ministros de Estado e ao exercício do poder regulamentar pelo presidente da República, julgue os itens subsequentes.

- 45 O presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal e sobre a extinção de cargos vagos e de órgãos públicos em processo de fusão, incorporação ou dissolução.
- 46 Os ministros de Estado devem ser julgados pela prática de crimes de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal, salvo se esses crimes tiverem sido cometidos de modo conexo aos praticados pelo presidente da República, caso em que o julgamento competirá ao Senado Federal.

Julgue os itens a seguir, acerca das disposições constitucionais relativas à ordem econômica e financeira.

- 47 Como agente regulador da atividade econômica, o Estado exerce atividades fiscalizatórias e de incentivo para o setor público, mas, em atenção ao princípio da livre concorrência, está impedido de executar funções de caráter normativo ou de planejamento que interfiram na atividade econômica.
- 48 As empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, cuja sede e cuja administração encontrem-se no país, poderão gozar de tratamento diferenciado, sem que as vantagens concedidas a essas empresas constituam antinomia com o princípio da livre concorrência.

A respeito dos orçamentos públicos, julgue os itens seguintes.

- 49 Configura crime de responsabilidade a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, caso a inclusão desse investimento não tenha sido feita no plano plurianual e inexistir lei que autorize essa inclusão.
- 50 Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são disciplinados por leis cuja iniciativa é do Poder Executivo.

No que tange ao funcionamento e às atribuições do Congresso Nacional, julgue os itens subsequentes.

- 51 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União, além de aprovar, por voto secreto, a escolha dos ministros do TCU indicados pelo Presidente da República.
- 52 Nas convocações extraordinárias do Congresso Nacional, serão automaticamente incluídas na pauta da convocação as medidas provisórias que estejam em vigor.

Considerando a disciplina constitucional atinente ao Estado federal brasileiro, julgue o próximo item.

- 53 Os territórios federais não se configuram como entes federativos, alçados que estão à categoria de autarquia territorial da União, de modo que, caso um território federal venha a ser criado, esse não terá Poder Legislativo próprio nem disporá de representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

Em relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e às defensorias públicas, julgue os itens que se seguem.

- 54 Diferentemente das defensorias públicas estaduais, a Defensoria Pública da União não dispõe de autonomia funcional e administrativa.
- 55 O CNJ, órgão do Poder Judiciário, possui, entre outras prerrogativas, as atribuições de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, o que lhe permite expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

Com referência ao controle de constitucionalidade, julgue o próximo item.

- 56 Os órgãos fracionários dos tribunais submeterão ao plenário ou ao seu órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade de determinada norma, ainda que estes já tenham se pronunciado acerca da questão suscitada.

Acerca dos agentes públicos e do processo administrativo disciplinar, julgue os itens seguintes.

- 57 A instauração de processo administrativo disciplinar é obrigatória para a aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- 58 A promoção, a readaptação e a posse em outro cargo inacumulável incluem-se entre os fatos que geram a situação de vacância do cargo público.

Com relação à Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o item a seguir.

59 As disposições da referida lei aplicam-se aos órgãos e às entidades que integram o Poder Executivo federal, mas não aos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, que dispõem de disciplina própria relativamente aos processos de natureza administrativa.

A respeito de licitação e de contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

60 Visando resguardar o adequado cumprimento do contrato administrativo, a administração pública deve indicar e exigir, entre as opções legalmente previstas, a garantia a ser prestada pelo particular contratado para executar obras, serviços e compras no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

61 Uma autoridade administrativa pode, de ofício ou por provocação de terceiros, revogar um certame licitatório em razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. A anulação de licitação, entretanto, por motivo de ilegalidade, só pode se dar de ofício ou por recomendação do Ministério Público, mediante parecer escrito e adequadamente fundamentado.

Considerando os poderes regulamentar e de polícia, julgue os itens subsecutivos.

62 As licenças são atos vinculados por meio dos quais a administração pública, no exercício do poder de polícia, confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade que só pode ser exercida de forma legítima mediante tal consentimento.

63 Se, ao editar um decreto de natureza regulamentar, a Presidência da República invadir a esfera de competência do Poder Legislativo, este poderá sustar o decreto presidencial sob a justificativa de que o decreto extrapolou os limites do poder de regulamentação.

A propósito de parcerias público-privadas, julgue os itens subsequentes.

64 Um dos traços caracterizadores da parceria público-privada é a indelegabilidade de funções que somente o Estado executa, como, por exemplo, as de regulação e as decorrentes do exercício do poder de polícia.

65 Se o governo de determinado estado da Federação, ao contratar uma empresa privada para a construção e administração de uma penitenciária, realizar pagamento mensal proporcional ao número de detentos e fiscalizar a prestação dos serviços, estará executando o contrato de concessão patrocinada, por meio do qual o concessionário recebe da administração, em caráter adicional ao pagamento efetuado pelos beneficiários, a contraprestação pecuniária devida.

Julgue o próximo item, relativo a concessão e permissão de serviços públicos.

66 A permissão de serviço público possui contornos bilaterais, mas, diferentemente da concessão de serviço público, não pode ser caracterizada como de natureza contratual.

Acerca de contratos de concessão de serviço público, julgue os itens seguintes.

67 A rescisão, como forma de extinção da concessão, é de iniciativa da administração, determinada por ato unilateral e escrito no caso de descumprimento, pelo concessionário, de obrigações regulamentares.

68 Nos contratos de concessão de serviço público, vigora a regra da unicidade da tarifa, vedado o estabelecimento de tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, ressalvados os casos provenientes do atendimento a segmentos idênticos de usuários que, pelo vulto dos investimentos, exijam tal distinção.

Julgue os itens a seguir, com fundamento na Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

69 Determinada fundação, constituída em outro país e destinada a fins de interesse coletivo, pode abrir filial no Brasil mediante prévia aprovação dos atos constitutivos pelo governo brasileiro, hipótese em que a filial ficará sujeita à legislação brasileira.

70 Após cinco anos de vigência de lei especial sobre determinada matéria, foi editada nova lei contemplando disposições gerais acerca do mesmo tema. Nessa situação, a edição da lei mais recente, a qual estabelece disposições gerais, revoga a lei anterior especial.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens que se seguem.

71 De acordo com a jurisprudência do STJ, é admitida a presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica quando esta deixar de funcionar em seu domicílio fiscal sem a comunicação aos órgãos competentes.

72 O dano moral se refere a um prejuízo que atinge o patrimônio incorpóreo de uma pessoa natural, vinculado aos direitos de personalidade, de índole essencialmente subjetiva, razão pela qual não pode atingir a pessoa jurídica.

Julgue o próximo item, relativo a bens públicos.

73 Os edifícios destinados a serviço público são considerados bens de uso comum do povo, insuscetíveis de usucapião.

No que concerne aos negócios jurídicos, às obrigações e aos contratos, julgue os itens subsequentes.

74 O juiz pode pronunciar a nulidade do negócio jurídico quando conhecer o seu conteúdo e seus efeitos, assim como pode supri-la, a requerimento da parte.

75 Considere que terceiro interessado queira pagar dívida do devedor e que o credor tenha manifestado sua recusa em receber o pagamento. Nessa situação, o terceiro poderá valer-se dos meios conducentes à exoneração do devedor, pois a legislação de regência confere a qualquer interessado na extinção da dívida a faculdade de pagá-la.

76 Considere que, em relação ao mesmo crédito, tenham ocorrido várias cessões e que os envolvidos tenham ingressado com ação judicial. Nessa situação, deve prevalecer a cessão que se completar com a tradição do título de crédito cedido.

77 Embora o princípio do aproveitamento do ato nulo ou anulável tenha amparo no Código Civil, somente será possível a decretação da nulidade parcial do contrato, resguardando-se a parte válida, se esta puder subsistir autonomamente.

No que se refere à prescrição e à responsabilidade civil, julgue os itens subsecutivos.

78 Considere que, pelo mesmo fato, determinado agente esteja respondendo a ação cível e criminal e que o juízo criminal tenha concluído, mediante decisão, que o referido agente foi o autor do fato. Nessa situação, como a responsabilidade civil é independente da criminal, pode o juízo cível concluir em sentido contrário, afastando a autoria e a responsabilidade do agente.

79 De acordo com a jurisprudência do STJ, na reparação civil por danos decorrentes de inadimplemento contratual, aplica-se o prazo prescricional de dez anos.

No que se refere aos princípios constitucionais do processo civil, julgue os itens seguintes.

80 Considere que, ao apreciar determinada ação judicial, o magistrado tenha declarado, de ofício, a ocorrência de prescrição, sem abrir prazo para que a parte interessada se manifestasse sobre esse aspecto. Nessa situação, o magistrado agiu corretamente, pois o reconhecimento de questões de ordem pública de ofício pelo magistrado dispensa, em caráter absoluto, a observância do princípio do contraditório.

81 São nulos, por violarem o princípio do juiz natural, os atos decisórios proferidos por órgãos colegiados compostos, em sua maioria, por juízes de primeiro grau convocados regularmente.

82 De acordo com a jurisprudência do STJ, embora o princípio do juiz natural seja considerado uma garantia constitucional, é admitida a sua flexibilização para conferir maior agilidade na prestação jurisdicional.

83 Considere que em determinado processo judicial o magistrado tenha constatado a ocorrência de infração ao devido processo legal, mas que não tenha declarado sua nulidade, diante da ausência de comprovação do correspondente prejuízo. Nessa situação, o magistrado agiu corretamente, visto que a jurisprudência do STJ admite a preservação de processo judicial, quando não comprovado o prejuízo decorrente da ofensa ao devido processo legal.

No que diz respeito aos atos judiciais, julgue os itens que se seguem.

84 Considere que o juiz, ao constatar que a parte não interpôs recurso no prazo legal, tenha determinado que a serventia judicial certificasse o transcurso do prazo. Nessa situação, o juiz exarou um despacho de mero expediente e não uma decisão interlocutória.

85 A sentença é a expressão que designa tanto o ato judicial por meio do qual o mérito da causa é decidido quanto o ato que se limita a extinguir o processo sem julgamento do mérito.

86 Considere que o autor de determinada ação judicial tenha requerido a produção de prova pericial e que o magistrado tenha indeferido o pedido. Nessa situação, o ato do magistrado configura uma decisão interlocutória e não um despacho.

No que se refere ao processo civil e ao controle judicial dos atos administrativos, julgue os próximos itens, à luz da jurisprudência do STJ.

- 87** Considere que determinado servidor público tenha impetrado mandado de segurança visando o recebimento de valores correspondentes às parcelas pretéritas de vantagem patrimonial que considera ser devida. Nesse caso, o mandado de segurança não constitui meio adequado para pleitear a produção de efeitos patrimoniais passados, os quais devem ser postulados administrativamente ou na via judicial própria.
- 88** Em ação de mandado de segurança não pode o Poder Judiciário rever a pena de demissão imposta a servidor público pela administração, ainda que com fundamento no princípio da proporcionalidade. Nesse caso, o controle jurisdicional não é amplo e se limita a aspectos formais do procedimento administrativo que culminou com a aplicação da sanção impugnada.
- 89** O ajuizamento de ação popular demanda a comprovação, pelo autor, do prejuízo experimentado pelo erário em decorrência da prática do ato impugnado, requisito sem o qual não pode ser admitida a ação popular pelo Poder Judiciário.
- 90** Não é cabível a ação civil pública por improbidade administrativa cuja finalidade exclusiva seja a obtenção de ressarcimento ao erário.

Julgue os itens a seguir elencados, que tratam da lei penal no tempo e no espaço.

- 91** Segundo a atual redação do Código Penal Brasileiro, os crimes cometidos no estrangeiro são puníveis segundo a lei brasileira se praticados contra a administração pública quando o agente delituoso estiver a serviço do governo brasileiro, salvo se já absolvido pela justiça no exterior com relação àqueles mesmos atos delituosos.
- 92** Segundo o Código Penal Brasileiro vigente, a lei posterior que, de qualquer forma, favorecer o agente delituoso aplica-se aos fatos a ela anteriores, desde que não decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.
- 93** Segundo a norma penal vigente, aplica-se a lei brasileira ao crime cometido em embarcações brasileiras, sendo elas de natureza pública ou privada, salvo se essas embarcações não se encontrarem em águas internacionais.

94 Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), não se admite, de fato, a continuidade delitiva nos crimes contra a vida, conforme estabelecido no artigo 71 do Código Penal Brasileiro.

95 Quanto ao crime continuado ou ao permanente, é correto afirmar que, segundo a jurisprudência do STF, aplica-se a lei mais severa quando a execução daqueles delitos tenha se iniciado na vigência dessa lei, ainda que sobrevenha outra mais benéfica.

A respeito de tipicidade, ilicitude, imputabilidade e crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

96 O erro relativo à ilicitude do fato penalmente relevante, se inevitável, isentará de culpa o agente; se evitável, poderá diminuir a pena de um sexto até dois terços.

97 Segundo a Lei n.º 8666/1993, será punido o servidor público que admitir a licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarados inidôneos; porém, não será punível o profissional declarado inidôneo que contratar com a administração pública, uma vez que a prévia verificação de inidoneidade deverá ser realizada necessariamente por todos os órgãos públicos.

98 Um crime é enquadrado na modalidade de delito tentado quando, ultrapassada a fase de sua cogitação, inicia-se, de imediato, a fase dos respectivos atos preparatórios, tais como a aquisição de arma de fogo para a prática de planejado homicídio.

99 Na redação atual do Código Penal Brasileiro, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa de lei em contrário, não são puníveis se, pelo menos, o delito não é tentado.

100 Os crimes previstos na Lei n.º 8666/1993 somente são puníveis quando o agente delituoso os pratica com dolo, seja esse direto, indireto ou eventual.

PROVA DISCURSIVA PD₁

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Na questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Auditor Federal**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

O Ministério da Integração Nacional determinou o cancelamento de concorrência para a compra de 187,5 mil cisternas de plástico, ao custo estimado de quase R\$ 600 milhões. A licitação havia sido suspensa por uma decisão liminar do Tribunal de Contas da União (TCU). O Ministério tomou a decisão após consultar o TCU.

O Globo, 4/9/2013, p. 7 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do zelo pelos recursos públicos como condição inerente ao ideal republicano.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o patrimonialismo e a propriedade dos recursos públicos; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ o controle dos gastos públicos; [valor: 14,00 pontos]
- ▶ os órgãos de controle como expressão da sociedade. [valor: 12,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos